VIDERE
V. 18, N. 37, JUN - DEZ. 2025
ISSN: 2177-7837

Recebido: 23/01/2025
Aprovado: 12/04/2026

Páginas: 138 - 157

DOI: 10.30612/videre.v17i36.19510

DEMOCRACIA E POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CULTURAL: TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS E CONFERÊNCIAS DE CULTURA EM SÃO PAULO À LUZ DE PIERRE BOURDIEU

DEMOCRACY AND CULTURAL EDUCATION POLICIES: INTERNATIONAL TRENDS AND CONFERENCES IN SÃO PAULO IN THE LIGHT OF PIERRE BOURDIEU

DÉMOCRATIE ET POLITIQUES D'ÉDUCATION CULTURELLE: TENDANCES INTERNATIONALES ET CONFÉRENCES DE SÃO PAULO À LA LUMIÈRE DE PIERRE BOURDIEU

Amilcar Ferraz Farina*
Felipe Labruna**

RESUMO
Este artigo, fundamentado nos conceitos de campo, capital e arbitrário cultural de Pierre Bourdieu, investiga a polissemia da formação cultural em democracias capitalistas. Ao analisar propostas de conferências municipais de cultura em São Paulo (2004-2016) e relatórios de plataformas internacionais, discute-se como diferentes agentes (de burocracias estatais a movimentos periféricos) disputam a legitimação de conteúdos e modalidades formativas. A pesquisa combina revisão bibliográfica, análise documental e comparações internacionais, evidenciando que a manutenção ou o esvaziamento da pauta formativa oscila conforme contextos políticos, mudanças institucionais e correlações de força no campo cultural. Conclui-se que, embora reconhecida como instrumento de democratização e participação, a formação cultural permanece suscetível a lutas simbólicas, reforçando a necessidade de políticas inclusivas para enfrentar as desigualdades.
Palavras-chave: Democracia; Formação cultural; Educação artística; Pierre Bourdieu; Conferências municipais de cultura de São Paulo.

*
Mestre
Universidade de São Paulo
micadisco@gmail.com
OrcidID: 0009-0000-5263-4919

**
Doutor em Direito
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
fe.labruna@gmail.com
OrcidID: 0000-0003-3844-3301

CC BY NC SA

ABSTRACT
This article, grounded in Pierre Bourdieu's concepts of field, capital, and cultural arbitrariness, investigates the polysemy of cultural training in capitalist democracies. By analyzing proposals from municipal culture conferences in São Paulo (2004-2016) and reports from international platforms, it discusses how diverse agents—from state bureaucracies to peripheral movements—compete to legitimize training content and modalities. The research combines a literature review, documentary analysis, and international comparisons, revealing that the maintenance or dismantling of the training agenda oscillates according to political contexts, institutional changes, and power relations within the cultural field. It concludes that, although cultural training is recognized as an instrument of democratization and participation, it remains vulnerable to symbolic struggles, reinforcing the need for inclusive policies to address inequalities
Keywords: Democracy; Cultural training; Artistic education; Pierre Bourdieu; Municipal culture conferences in São Paulo.

RÉSUMÉ
Cet article, fondé sur les concepts de champ, de capital et d'arbitraire culturel de Pierre Bourdieu, étudie la polysémie de la formation culturelle dans les démocraties capitalistes. En examinant des propositions issues des conférences municipales de culture à São Paulo (2004-2016) et des rapports de plateformes internationales, il montre comment divers acteurs — des bureaucraties d'État aux mouvements périphériques — se disputent la légitimation des contenus et des modalités de formation. La recherche allie revue de littérature, analyse documentaire et comparaisons internationales, révélant que le maintien ou l'affaiblissement de l'agenda formatif fluctue selon les contextes politiques, les changements institutionnels et les rapports de force au sein du champ culturel. En conclusion, bien que reconnue comme un outil de démocratisation et de participation, la formation culturelle demeure vulnérable aux luttes symboliques, soulignant la nécessité de politiques inclusives pour lutter contre les inégalités
Mots-clés: Démocratie; Formation culturelle; Éducation artistique; Pierre Bourdieu; Conférences culturelles municipales de São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação de uma democracia cultural pressupõe o enfrentamento das desigualdades no campo cultural e a adoção de políticas que promovam acesso equitativo à educação artística e cultural. Coulangeon (2014) observa que as desigualdades culturais, apesar de se tornarem mais difíceis de interpretar, continuam sendo marcadores fundamentais das relações sociais. Tais desigualdades se manifestam em lutas de classificação entre grupos que buscam afirmar seus direitos, ampliar sua representatividade ou manter privilégios. Na cidade de São Paulo, por exemplo, tais conflitos opõem representantes diversos do campo cultural[1]: artistas amadores e profissionais, produtores culturais, burocracias estatais e políticos.

A formação cultural, nesse sentido, constitui uma dimensão fundamental das lutas de classes por assegurar os mecanismos que determinam sua reprodução (Catani et al., 2017). A sua formulação exige intersetorialidade, extrapolando o sistema formal de ensino ao abranger iniciativas informais e comunitárias. Contudo, essa dinâmica não exime a responsabilidade da gestão educacional; pelo contrário, a efetiva democratização do universo da arte demanda que escolas e universidades assumam

1 Como os guaranis e indígenas das aldeias Krukutu e Tenondé Porã, movimentos das culturas de matriz africana, artistas e produtores de Hip-Hop da zona leste e sul.

seu papel como espaços culturais ativos, integrando as linguagens artísticas na formação das novas gerações (Botelho, 2016)

A hipótese que norteia esta investigação é a de que a formação cultural, longe de ser um campo neutro, reflete processos de inclusão e exclusão alinhados às correlações de força de cada contexto histórico, exigindo que as políticas públicas extrapolem o ensino formal para consolidar uma verdadeira democracia cultural. Sob essa perspectiva, tal fortalecimento demanda que as esferas institucionais responsáveis atuem em sinergia, compartilhando objetivos e diretrizes. Na prática, isso significa rever estruturas ministeriais, secretarias e seus modos de cooperação, como se vê nos departamentos nacionais (ou locais) de assuntos culturais e educacionais, bem como nos programas que atendem populações diversas. Dessa forma, busca-se contribuir para o entendimento das políticas de formação como espaço de disputa pela democratização da cultura e para a problematização das relações de poder que definem quem, de fato, participa da vida cultural no âmbito de democracias capitalistas.

Diante desse cenário, a pesquisa delimita como problema de pesquisa: quais as diferentes acepções de formação cultural presentes na formulação de políticas públicas e como elas se reconfiguram conforme as lógicas de poder no campo cultural? Para responder a essa questão, o objetivo geral deste artigo é compreender como as políticas de formação cultural se desenvolvem em democracias capitalistas, levando em conta as disputas simbólicas que marcam a sua formulação. A fim de alcançar este propósito, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: (1) apresentar um panorama das políticas de educação artística e cultural em oito países e no Brasil; (2) discutir as disputas simbólicas observadas nas conferências de cultura de São Paulo (2004–2016); e, por fim, (3) relacionar essa análise empírica aos conceitos sociológicos de Bourdieu para problematizar as relações de poder na vida cultural.

2 DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA

A presente pesquisa conjuga revisão bibliográfica, análise documental e interpretação das propostas de conferências municipais de cultura em São Paulo, entre 2004 e 2016, considerando a criação da I Conferência Municipal de Cultura (2004) e o decreto do Plano Municipal de Cultura (2016). Esse recorte temporal abrange atas oficiais e anexos das plenárias temáticas, permitindo investigar como o conceito de formação cultural evoluiu ao longo desses eventos participativos. A revisão bibliográfica contemplou Bourdieu (1974) e Botelho (2016), situando o debate sobre democracia cultural e democratização da cultura, enquanto a análise documental mapeou a evolução de diretrizes temáticas em espaços de disputa simbólica, onde diferentes agentes negociam interesses e buscam legitimação.

Em paralelo, foram examinados relatórios internacionais de bases como o *Compendium of Cultural Policies and Trends of Europe* (CCPTE) e a *International Database of Cultural Policies* (IDCP), a fim de traçar um panorama comparativo em democracias capitalistas diversas (França, Austrália, Coreia do Sul, Índia, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Itália). A seleção desses países baseou-se em fatores como histórico democrático, arranjos ministeriais na cultura e distribuição geográfica. A credibilidade dos relatórios repousa na atualização de dados sobre legislação, estruturas de governança e programas de formação artística, bem como na padronização de tópicos que facilitam a comparação entre públicos-alvo e modalidades de acesso.

Para o tratamento dos dados, adotou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011), procedendo-se à categorização de eixos pré-definidos (como "formação cultural" e "democratização"), acrescidos de categorias emergentes. Inicialmente, a exploração qualitativa dos relatórios internacionais (CCPTE e IDCP) possibilitou delinear as tendências globais e as diferentes modalidades de políticas formativas em democracias capitalistas. Em seguida, procedeu-se ao mapeamento das políticas de formação no contexto brasileiro, identificando suas categorias e arranjos institucionais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Na sequência, a aplicação do método analítico aos documentos oficiais locais permitiu entender como a pauta da formação destacou-se ou foi diluída nas conferências municipais de São Paulo, ilustrando a reordenação de prioridades ao longo do tempo. Esse exame histórico revelou as perspectivas de inclusão ou exclusão de agentes e comunidades periféricas. Por fim, o confronto analítico entre a realidade paulistana e o panorama internacional evidenciou convergências e divergências, esclarecendo a oscilação de relevância da pauta formativa diante de diferentes pressões políticas e institucionais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre políticas culturais à luz de Bourdieu adquire maior relevância quando relacionada a autores que também examinam as relações entre cultura, poder e desigualdade, como Raymond Williams, Tony Bennett e Teixeira Coelho. Sobretudo, Williams identifica a cultura como prática vivenciada e em constante conflito de classe (Ridenti, 2023; Jackson; Rivetti, 2020), enquanto Bennett propõe uma análise do caráter disciplinar das instituições culturais (Bennett, 1998; Melo, 2019). Essa articulação teórica permite compreender a multiplicidade de forças que se enredam na disputa pelo controle simbólico do campo cultural.

No debate sobre políticas públicas, delineia-se uma tensão entre a "democratização da cultura" — focada em ampliar o acesso a bens artísticos consagrados — e a "democracia cultural", que postula uma redefinição das hierarquias simbólicas ao

valorizar as múltiplas expressões de grupos marginalizados. Essa segunda perspectiva reivindica igualdade de oportunidades na produção, apreciação e participação (Botelho, 2016). Para compreender como esses conflitos operam no campo cultural, Bourdieu (1974) fornece bases conceituais fundamentais. Segundo o autor, o campo é um espaço de posições estruturado por relações de poder em que os agentes disputam capitais econômicos, culturais e sociais (Bourdieu, 1974). Nesse contexto, o capital cultural pode ser convertido e transmitido, ganhando centralidade na legitimação de bens e práticas artísticas. As disputas simbólicas, assim, definem os padrões de valor que norteiam tanto a criação quanto o consumo cultural (Campos; Lima, 2018).

Nas reflexões do autor sobre o "mercado de bens simbólicos" (Bourdieu, 1974), observam-se noções como "consagração" e "excomunhão", herdeiras de um imaginário eclesiástico que servem para ilustrar processos de legitimação e ostracismo de certos bens culturais. Se há produções consideradas "eruditas" e, portanto, essencialmente "desinteressadas", há também setores de caráter notoriamente mercadológico, evidenciando a presença de diferentes subcampos com critérios de valoração específicos (Durand, 2001). Essa pluralidade de critérios revela as configurações de dominação simbólica, sendo o monopólio da imposição de valores e significados fonte de desigualdade cultural (Bourdieu, 2014).

O conceito de violência simbólica torna-se crucial para explicar como determinadas classes dominantes naturalizam suas visões de mundo, fazendo-as parecer universais (Catani *et al.*, 2017). Em termos de políticas culturais, essa dinâmica pode mascarar ou mesmo neutralizar a origem social das representações artísticas, produzindo um arbitrário cultural e afetando decisões sobre formação cultural. Nesses cenários, agentes e instituições com maior reconhecimento e recursos tendem a definir conteúdos e formatos de formação, subordinando outras práticas culturais menos valorizadas (Pereira, 1997).

Por fim, o modelo bourdieusiano explora como as estruturas de produção, recepção e reprodução culturais se articulam para perpetuar ou renovar capitais e critérios de legitimação (Bourdieu, 1974). A formação cultural, nesse sentido, é palco de intensas disputas: quem detém maior capital pode influenciar o que se ensina, como se ensina e a quem se ensina (Ahearne, 2004). Tais processos explicam, em parte, a polissemia da formação cultural, como se verá em suas diferentes modalidades e tendências mundiais apresentadas a seguir.

4 PANORAMA INTERNACIONAL DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CULTURAL: MODALIDADES E TENDÊNCIAS MUNDIAIS NA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

A polissemia da formação cultural é uma realidade atestada internacionalmente, conforme demonstram os levantamentos das plataformas CCPTE e IDCP[2]. Na estrutura padronizada desses documentos, o tema insere-se no tópico de "promoção da criatividade e da participação". Uma análise global evidencia que, embora cada país adote arranjos institucionais específicos, a maioria estrutura seus programas em quatro grandes modalidades: (1) artes nas escolas, (2) educação intercultural, (3) formação técnica/profissionalizante em nível superior e (4) iniciativas não curriculares em espaços culturais (Tabela 1).

País	Educação básica	Educação superior e profissional	Educação intercultural e não escolar
França	Artes visuais e música no fundamental e médio; história da arte do fundamental ao superior.	Cursos exploratórios, opcionais e especializados em vários domínios artísticos no superior; arquitetura, patrimônio, artes visuais, artes performáticas, cinema e radiodifusão	Academias públicas (conservatórios) subsidiadas pelas autoridades locais
Reino Unido	Find Your Talent; Schools of Creativity; Artsmark	Arts Award; Artes, empreendimento e excelência: estratégias para educação superior, com foco na economia criativa	Museum Strategic Commissioning; Engaging Places; Youth Dance England; Youth Music; Live the experience
Alemanha	Rede Cultura e Escola; arte, literatura e educação musical	Pesquisa sobre mercado de trabalho para atividades culturais e interculturais; nas academias - artes visuais, design, artes performáticas; nas universidades - educação artística e musical, gestão e antropologia cultural	Educação artística clássica com o uso de novas mídias patrocinada por organizações não governamentais com ajuda de fundos públicos
Espanha	Tú eres la llave	Em duas modalidades: belas artes, design e imagem; artes performáticas, música e dança	Acesso à cultura por crianças e jovens, incluindo maior acesso das famílias aos museus e produções musicais e teatrais; tradições e o patrimônio cultural

Tabela 1 - Programas e estratégias de intervenção nas políticas de formação cultural em quatro países:
Fonte: Compendium of Cultural Policies and Trends of Europe, 2016.

2 A plataforma IDCP (worldcp.org) foi mantida pela *International Federation of Arts Councils and Cultural Agencies* (IFACCA), incluindo países não pertencentes à comunidade européia, até ser descontinuada em 2017. Perfis históricos de políticas culturais de diversos países, desenvolvidos durante o período de atividade do programa, podem ser acessados através de parceiros regionais, como a Asia-Europe Foundation (ASEF).

No âmbito da educação básica, por exemplo, França, Reino Unido, Alemanha e Espanha adotam distintos graus de inserção das artes no currículo escolar e apostam em projetos de iniciação artística e vocacionais, ressaltando tanto a apreciação estética quanto a formação de repertório. Já na educação superior, a ênfase recai em cursos voltados às linguagens artísticas (música, teatro, dança, artes visuais) e à gestão cultural, com diferenças relativas à autonomia regional, como ocorre na Alemanha. Quanto à educação intercultural, a França mantém instituições e programas especializados na diversidade cultural (ainda que não os rotule formalmente como "interculturais"); o Reino Unido assegura o contato com outras línguas e culturas desde cedo; e a Alemanha o trata como princípio transversal, amparado em artigos constitucionais de direitos humanos (CCPTE, 2016). A Espanha investe em políticas de tolerância e respeito à pluralidade, observando-se um alinhamento entre autoridades educativas e museus para ampliar o número de "consumidores culturais" (CCPTE, 2016). Já a oferta não escolar (em museus, bibliotecas, centros de lazer) inclui mediação cultural, formação de público e ensino informal, assumindo formatos diversos conforme a legislação local — na França, por exemplo, leis de descentralização geram múltiplas instâncias responsáveis, enquanto no Reino Unido se destaca o envolvimento de departamentos específicos, como o de Crianças, Escolas e Famílias.

Assim, conforme observado na Tabela 1, as políticas de formação cultural organizam-se em torno da distinção entre "dentro" e "fora" do sistema educacional (CCPTE, 2016; IDCP, 2016). Modalidades como educação intercultural e atividades não escolares despontam como categorias transversais, cuja articulação reflete diferentes concepções de cidadania cultural (Botelho, 2016). Nesse cenário, a atuação do poder público frequentemente esbarra na contradição central de tentar enquadrar institucionalmente um fenômeno que, por natureza, é fluido e resistente a controles rígidos (Coelho, 2008). Ao aprofundar essa discussão, percebe-se que a formação não segue um roteiro padronizado: em alguns contextos, predomina a lógica de "arte para todos", enquanto em outros o incentivo recai sobre cursos profissionalizantes ou indústrias criativas (Lima; Ortellado; Souza, 2013). Essa multiplicidade reforça a natureza polissêmica das políticas de formação, evidenciando que elas não se limitam a "ensinar arte", mas respondem a interesses políticos e disputas de legitimação específicas de cada sociedade.

Ao se observar as tendências mundiais na educação artística e cultural, verifica-se que a autonomização entre as políticas culturais e as suas políticas de formação ocorre mediante uma maior ou menor aproximação de pastas tão distintas quanto: Educação, Esportes, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Negócios e Família (Miceli, 1984; CCPTE, 2016; IDCP, 2016). Em nações que consolidaram um Ministério da Cultura exclusivo — como França, Austrália, Coreia do Sul e Índia —, evidencia-se uma

dialética entre a busca por autonomia do campo cultural e a necessidade de articulação intersetorial. A França, por exemplo, integra Cultura e Educação desde 1970, culminando na criação do Conselho de Educação Artística e Cultural (2005); a Austrália e a Índia descentralizam o financiamento e a formulação de currículos entre instâncias federais e estaduais; e a Coreia do Sul instituiu, em 2004, um escritório específico para o tema. Esses arranjos ilustram as vantagens de um órgão com *status* ministerial exclusivo para aumentar o poder de barganha do setor, o que exige, contudo, intensa cooperação para não isolar as práticas formativas do restante do sistema de ensino (Miceli, 1984; Botelho, 2016).

Em contrapartida, arranjos institucionais em outras democracias europeias evidenciam uma lógica complementar de fusão ou transversalidade de competências, nas quais países como Reino Unido, Alemanha, Espanha e Itália optam por não possuir ministérios exclusivos para a cultura (CCPTE, 2016; IDCP, 2016). Nesses contextos, a formação cultural é alocada em superministérios ou dividida de forma descentralizada: a Alemanha envolve as pastas de Assuntos Familiares, Mídias e Pesquisa; a Espanha (desde 2011) e a Itália (desde a criação da Diretoria AFAM, em 2001) fundiram responsabilidades de Educação, Cultura e Esportes/Pesquisa; e o Reino Unido delega a educação básica ao Departamento de Crianças, Escolas e Famílias, e a superior ao de Negócios, Inovações e Habilidades. Essa pluralidade de esquemas administrativos reflete não apenas as diferentes trajetórias de desenvolvimento político e sociocultural das nações (Durand, 2013; Urfalino, 2015), mas também, em termos bourdieusianos, a maneira como o Estado oficializa e delega autoridade sobre o campo cultural. Ao subordinar a cultura a outros aparatos estatais, o poder público revela a tensão constante entre preservar a autonomia do arbitrário cultural e diluí-lo nas estruturas mais amplas de governança e regulação social (Bourdieu, 2014).

Nesse contexto, a polissemia da formação cultural deve ser compreendida na relação entre as políticas de educação e cultura, mas também, no contexto particular da autonomização e desenvolvimento das políticas culturais no mundo (Urfalino, 2015). Essas políticas apresentam esquemas e estágios de desenvolvimento diversos, tal como é a própria diversidade política, sociocultural e de formação histórica das nações pesquisadas (Durand, 2013). Em suma, o panorama internacional revela que a formação cultural assume distintas configurações, refletindo disputas simbólicas nas quais agentes governamentais, sociedade civil e setores artísticos negociam posições e capitais para legitimar determinadas concepções de arte e educação (Bourdieu, 1974). Tais variações globais oferecem a base analítica necessária para compreender o contexto brasileiro, foco da próxima seção. No Brasil, a histórica volatilidade do Ministério da Cultura e a sobreposição de instâncias federativas demonstram, de forma ainda mais acentuada, a complexa negociação entre agendas de Estado, demandas de movimentos sociais e as correlações de força no campo cultural.

5 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: CATEGORIAS DA FORMAÇÃO NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO

A extinção recente do Ministério da Cultura (MinC) em 2019[3] após mais de três décadas de existência desde sua criação em 1985 ilustra a volatilidade institucional das políticas culturais no Brasil. Nesse intervalo, o MinC passou por tentativas de fusão com outras pastas, como Educação, além de subordinações a ministérios diferentes, refletindo não apenas prioridades de governo, mas também pressões de artistas e agentes culturais (Durand, 2013). Anteriormente, durante o período de 1953 a 1985, as atribuições relacionadas à cultura estiveram sob a alçada do Ministério da Educação e Cultura (MEC), evidenciando a histórica relação entre iniciativas educacionais e culturais no país.

No âmbito estadual, a Unidade de Formação Cultural (UFC) paulista concentra múltiplos programas e equipamentos, abrangendo desde oficinas de iniciação até cursos profissionalizantes em territórios socialmente vulneráveis, como as Fábricas de Cultura (São Paulo, 2016a). Em nível municipal, a Supervisão de Formação Artística e Cultural (SFAC) coordena projetos estruturantes, a exemplo da Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA) e dos programas Vocacional e PIÁ/PIAPI, focados na integração de linguagens por faixas etárias (São Paulo, 2016b). Somam-se a eles iniciativas como o Jovem Monitor Cultural, voltado à experimentação profissional de juventudes periféricas, e o recém-criado Rede Daora, centrado na economia criativa. Tais esforços convergem para objetivos de democratização e profissionalização, abrangendo da formação livre à gestão cultural (Botelho, 2016). Isso evidencia, simultaneamente, a expansão do caráter disciplinador e formativo das instituições culturais, que passam a atuar estrategicamente na governança e na regulação das condutas sociais (Bennett, 1998).

A partir desse cenário, a centralidade da arte consolida-se como critério de organização das políticas de formação no Brasil, espelhando internamente algumas das tipologias internacionais. Conforme ilustra a Tabela 2, os programas distribuídos nas três esferas de governo contemplam desde a iniciação artística e a formação de público até dimensões mais amplas, como a profissionalização técnico-pedagógica e a educação intercultural. Tais modalidades revelam diferentes níveis de complexidade e podem ser classificadas segundo critérios de duração (curto, médio ou longo prazo), grau de intersetorialidade (integração com outras pastas) e inserção nos sistemas formal ou informal de ensino.

3 O MINC foi extinto em 2019 durante o governo Bolsonaro, ficando os assuntos culturais do país a cargo da Secretaria Especial da Cultura, subordinada ao Ministério do Turismo. Os assuntos culturais retornaram ao status ministerial em 2023, no governo Lula.

Órgão/ departamento	Missão/objetivos do departamento	Iniciação artística/ cursos livres	Profissionalizante	Formação de público/ diálogo entre culturas
MINC - Secretaria de Formação Artística e Cultural (federal)	Busca integrar Cultura e Educação por meio da intersetorialidade, criando uma rede de escolas de artes e capacitando profissionais. O foco é promover a diversidade cultural brasileira em espaços educativos formais.	Mais Cultura nas Escolas e nas Universidades	Pronatec	Mais Cultura nas Escolas e nas Universidades
SEC/SP - Unidade de Formação Cultural (estadual)	Transformar a vida de crianças, jovens e adultos por meio da arte; iniciação e oficinas de capacitação até projetos profissionalizantes com foco no mercado de trabalho	Guri; EMESP; Fábricas de Cultura; Oficinas Culturais	Conservatório de Tatuí; EMESP; SP Escola de Teatro	Oficinas Culturais
SMC/SP - Supervisão de Formação Artística e Cultural (municipal)	Facilitar o acesso à arte e à produção artística a fim de estimular o desenvolvimento do ser humano e a ocupação cultural dos espaços públicos da cidade de São Paulo	Vocacional; PIÁ; PIAPI; EMIA	Jovem Monitor Rede Daora	Vocacional

Tabela 2 - Objetivos gerais de programas e estratégias de intervenção nas políticas de formação cultural nas três esferas da administração pública brasileira:
Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base em Brasil (2016); São Paulo (2016a); São Paulo (2016b).

Em vista das concepções de campo e capital de Bourdieu, cada modalidade de formação cultural se torna alvo de disputas simbólicas, nas quais agentes e instituições tentam legitimar seus padrões artísticos, currículos ou enfoques pedagógicos. Assim, escolhas como priorizar a arte erudita ou práticas populares, ou investir na profissionalização em detrimento de iniciativas livres, revelam correlações de força e estratégias de consagração ou exclusão (Catani et al., 2017). O embate por recursos e projeção midiática, nesse sentido, invalida qualquer ideia de neutralidade: definir o que é "boa formação" implica selecionar quais práticas e grupos serão fortalecidos ou negligenciados pelas políticas públicas (Bourdieu, 1974). Diante dessa "dança da formação", nota-se que o reordenamento de diretrizes e prioridades não ocorre de forma linear, mas oscila conforme pressões internas (demandas artísticas, movimentos sociais) e conjunturas externas (mudanças políticas) (Campos; Lima, 2018). Nessa perspectiva, a análise histórica das conferências municipais de cultura em São Paulo (2004–2016) e de seu Plano de Cultura constitui um terreno fértil para compreender como as pautas de formação cultural sobem ou descem na hierarquia política, servindo de indicador das dinâmicas de legitimação e confronto que atravessam o campo cultural.

6 A DANÇA DA FORMAÇÃO CULTURAL NAS CONFERÊNCIAS DE CULTURA DA CIDADE DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE À LUZ DE BOURDIEU

As conferências municipais de cultura, inspiradas pelos princípios federais que fomentaram conferências de Saúde e, posteriormente, de Educação[4], tornaram-se instâncias onde, à luz da teoria de Bourdieu, diversos agentes culturais (desde produtores e artistas a consumidores/receptores) disputam legitimidade, convertem capitais simbólicos e determinam o lugar de diferentes bens culturais (Bourdieu, 2014). Embora operem como um espaço de "conservação e reprodução" no campo cultural, evidenciam, ao mesmo tempo, uma participação ampliada de diversos segmentos, resultando em reposicionamentos temáticos nos eixos de discussão (Campos; Lima, 2018).

Ao longo de doze anos (de 2004 a 2016), alternando entre gestões do PT e do PSDB/DEM, os eixos temáticos que organizaram as plenárias setoriais das Conferências até a concretização do Plano Municipal de Cultura (PMC) refletiram significativas mudanças de prioridades. A evolução dos debates — partindo de eixos como "Gestão cultural" e "Memória e patrimônio cultural" na I Conferência, deslocando-se para "Produção simbólica e diversidade cultural" e "Cultura e desenvolvimento sustentável" na II, e avançando para "Cidadania e direitos culturais" na III — demonstra como esses fóruns funcionam como arenas de reconhecimento e imposição de legitimidade.

Ocorreram disputas internas em cada diretriz e, ao mesmo tempo, concorrência geral na ordenação final entre todas as diretrizes. Como exemplo, a III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo destacou-se pela significativa participação de grupos culturais da periferia e representantes das culturas populares (Val et al., 2014). Esses agentes trouxeram reivindicações específicas que ilustram a dinâmica da "luta de classificações" no campo cultural (Catani et al., 2017). Por exemplo, foi aprovada a criação de uma lei de fomento direcionada para a periferia, evidenciando a busca por maior reconhecimento e apoio às produções culturais dessas regiões (Val et al., 2014). Além disso, houve a proposta de políticas públicas voltadas para o hip-hop, refletindo a demanda por legitimação e espaço para expressões culturais periféricas.

A emergência dessas vozes organizadas revela a tentativa de articulação de uma hegemonia alternativa, na qual os agentes das margens elaboram respostas criativas e novas "estruturas de sentimento" para tensionar os limites impostos pela ordem cultural estabelecida (Ridenti, 2023). Nesse cenário de proliferação de demandas nas conferências, o Estado se depara com o que se conceitua como a dilatação infinita do catálogo, na qual a pressão de diversos grupos obriga o poder público a financiar atividades em rubricas cada vez mais específicas para evitar a acusação de dirigismo cultural (Urfalino, 2015). Diante disso, a absorção e o reconhecimento institucional de novas pautas periféricas e identitárias não ocorrem por acaso; eles refletem a necessi-

4 A primeira Conferência Nacional de Educação ocorreu em 1927, e a de Saúde em 1941.

dade governamental de construir, continuamente, um novo e convincente fundamento de legitimidade para a sua atuação perante a sociedade civil (Durand, 2013).

A reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura também foi pautada, visando a uma gestão mais inclusiva e representativa. Essas deliberações demonstram como determinados grupos conseguiram avançar com suas agendas, enquanto outras demandas podem não ter obtido o mesmo êxito, revelando as complexidades e disputas inerentes ao processo de formulação de políticas culturais. Nesse processo de classificação e priorização de temas, observam-se situações em que a formação cultural ora é enfatizada, ora é deixada em segundo plano, sugerindo a existência de "lutas simbólicas" entre diferentes frações do campo cultural.

A reivindicação de subvenções para programas de formação em periferias, por exemplo, pode ser entendida como a busca por capital cultural (ampliar o reconhecimento de práticas locais) e capital social (fortalecer redes comunitárias) junto aos órgãos públicos. Por outro lado, o desaparecimento de determinadas pautas nas conferências, como do eixo temático "v) Interfaces da cultura com a educação", na segunda e terceira conferência, ilustra um processo de "excomunhão simbólica", em que o tema deixa de receber atenção ou recursos por não gozar de legitimidade suficiente naquele momento político. Tais movimentos tornam visível a maneira como o campo cultural, embora frequentemente associado à produção artística, também envolve intensas disputas pelo monopólio da definição do que conta como "formação relevante", o que será analisado a seguir, no contexto maior de publicação do Plano Municipal de Cultura de São Paulo, em 2016.

No período que abarca a realização da primeira Conferência (2004) e o decreto do Plano Municipal de Cultura (2016), as discussões que perpassaram doze anos de governos alternados (oito do PSDB/DEM/PFL e quatro do PT) resultaram numa reordenação do discurso institucional da Cultura. O Plano consolidou-se, finalmente, em 20 metas e 96 ações, distribuídas em cinco eixos estruturantes: o Eixo I ("Do Estado e da participação social") englobou o financiamento, a regionalização e a gestão participativa; o Eixo II ("Do espaço urbano e da infraestrutura cultural") focou na requalificação, gestão colaborativa e ocupação de espaços públicos; o Eixo III ("Do patrimônio cultural e da memória") tratou da preservação, educação patrimonial e gestão de acervos; e o Eixo V ("Do fomento e da economia da cultura") articulou a cidadania cultural, a sustentabilidade e as cadeias produtivas. Com centralidade para esta análise, destinou-se à formação cultural o Eixo IV ("Da formação e da difusão cultural"), que concentrou as metas específicas de iniciação artística, formação técnica e mediação e formação de público (metas 13, 14 e 15). Esse eixo compartilhou espaço com a programação cultural (meta 16) — uma política implicada, sobretudo, na curadoria e

agenda de espetáculos em shows regulares e efemérides, abrangendo toda a rede de equipamentos da Cultura e CEUs.

Na Tabela 3, buscou-se associar os eixos do Plano (e assuntos correlatos) aos departamentos/programas que, historicamente, são responsáveis por sua administração.

Eixos PMC (2016)	Assuntos	Departamentos/ programas	Divisão dos campos
I) Do Estado e da participação social	gestão participativa, transparência	Gabinete	produtores para produtores (burocracia para burocracia)
II) Do espaço urbano e da infraestrutura cultural	ocupação de espaços públicos, gestão colaborativa	Bibliotecas (SMB), Departamento de Expansão Cultural (DEC)	artistas em vias de consagração (artistas da periferia)
III) Do patrimônio cultural e da memória	museus, acervos, educação patrimonial	Museus	artistas consagrados
IV) Da formação e da difusão cultural	iniciação artística, profissionalizante, programação	Virada Cultural, Vocacional/ PIÁ, PIAPI, EMIA, Fundação Teatro Municipal (Escola de Música e Dança), Rede Daora, Jovem Monitor Cultural	instâncias de reprodução; artistas consagrados
V) Do fomento e da economia da cultura	fomentos, culturas periféricas e cadeias produtivas	VAI, Fomentos às linguagens, Fomento a Periferia, SP Cine	produtores para produtores; grande produção; artistas consagrados; artistas em vias de consagração

Tabela 3 – Eixos do Plano Municipal de Cultura, departamentos e divisão de campos sob a ótica de Bourdieu:
Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela apresentada inclui uma proposta de divisão entre diferentes campos de produção/reprodução da cultura (e seus agentes), no intuito de estabelecer uma sistematização dos temas, segundo a abordagem de Bourdieu em sua análise do mercado de bens simbólicos. Dessa forma, a correspondência entre cada eixo e seus respectivos programas como as iniciativas de gestão participativa, formação artística ou fomento à cultura sugere a forma pela qual o poder público distribui capitais econômicos, sociais e culturais entre diferentes setores. Assim, por meio da tabela é possível compreender quem administra os recursos (departamentos/ coordenações de programas), quais práticas são legitimadas ou priorizadas (assuntos/ eixos temáticos) e quais agentes (artistas consagrados, artistas em vias de consagração, produtores emergentes) são, supostamente, os beneficiados ou excluídos em cada um dos eixos do PMC.

Sob a ótica da economia das trocas simbólicas, tais correspondências permitem observar como se reproduzem as relações de poder no campo cultural, reforçando ou contestando hierarquias estabelecidas. O eixo “Do Patrimônio Cultural e da

Memória", ao ser gerido por museus, tende a privilegiar obras e acervos consagrados, reiterando valores reconhecidos como legítimos. Essa dinâmica ilustra a tendência histórica da gestão cultural pública em atuar de modo defensivo, protegendo bens eruditos que já possuem o aval das instâncias de consagração, muitas vezes em detrimento de uma visão sistêmica e abrangente (Durand, 2001). Em contraste, o eixo "Do Fomento e da Economia da Cultura", quando inclui fomentos voltados a periferias e cadeias produtivas emergentes (como o programa VAI), indica a possibilidade de abrir espaços para vozes historicamente marginalizadas, ainda que permaneça a influência de setores hegemônicos na definição dos critérios de seleção e distribuição de recursos. A resistência em ceder espaço e orçamento para as demandas emergentes ilustra a atuação pragmática de agentes consolidados para proteger a autonomia do campo cultural e suas instâncias de consagração. Trata-se de um mecanismo de defesa característico de frações dominantes, que buscam assegurar a manutenção de seus capitais e influenciar diretamente a negociação dos termos de longo prazo das políticas públicas (Ahearne, 2004).

Adicionalmente, a tabela evidencia como a política cultural municipal opera na confluência entre manutenção de posições dominantes e oportunidades de renovação simbólica. Ao alocar setores específicos (como bibliotecas, museus, fundações) para cada eixo, o governo municipal define quem detém autoridade sobre cada segmento cultural e quais tipos de prática se tornam socialmente visíveis (Bourdieu, 2014). Nessa perspectiva, a divisão "produtores para produtores" ou "artistas em vias de consagração" representaria, em termos bourdiesianos, as diferentes posições no campo, sinalizando como certos grupos buscam ampliar seu capital cultural, enquanto outros disputam legitimidade e reconhecimento (Ahearne, 2004). Desse modo, a Tabela 3, busca traduzir, em nível institucional, a dinâmica de consagração, exclusão e negociação constante no campo cultural.

Essa dinâmica dialoga com o estudo de Lima, Ortellado e Souza (2013), que estratifica as políticas culturais em três pilares históricos e cronológicos: identidade e patrimônio; intervenção econômica; e difusão cultural. Ao analisar a evolução dos eixos temáticos das conferências municipais sintetizados na Tabela 4, nota-se que esses mesmos pilares se alternaram no centro dos debates paulistanos. Com o avanço das plenárias (em particular na II e III), os movimentos de exclusão e reordenação ilustram com clareza a flutuação do capital simbólico ligado à formação cultural.

Eixos	I Conferência (2004)	II Conferência (2009)	III Conferência (2013)	PMC (2016)
I	gestão	diversidade (+)*[5]	gestão (+)	gestão, participação
II	patrimônio	cidadania (+)	diversidade (-)	gestão, rede de equipamentos
III	economia	desenvolvimento sustentável	cidadania (-)	patrimônio
IV	globalização	economia (-)	desenvolvimento (-)	educação
V	educação	gestão (-)		economia (-)
VI	participação, cidadania			
Resumo	3600 participantes. 15 propostas prioritárias.	292 participantes. 75 propostas prioritárias: eixo educação/formação excluído; eixo gestão rebaixado; eixo diversidade e cidadania destacados.	784 participantes. 30 propostas prioritárias: eixo gestão volta à 1ª posição.	2600 participantes. Eixo educação/formação é retomado; eixo econômico na última posição.

Tabela 4 - Reordenamento de eixos temáticos entre as conferências e a publicação do Plano Municipal de Cultura:
Fonte: Elaborada pelos autores.

Na II Conferência, o eixo de "educação" desaparece, retornando apenas no Plano Municipal de Cultura (2016) sob a rubrica de "Formação e difusão cultural". Esse "sumiço" temporário indica uma perda de relevância do tema e sua incorporação transversal em outros eixos, algo que sugere a dinâmica de legitimação ou desvalorização de determinados setores. Além disso, observam-se alterações em eixos como "gestão", inicialmente relegado para última posição e depois retomado com ênfase em transparência e controle social, bem como a confirmação de "patrimônio" no Plano de 2016. Alguns tópicos, contudo, permanecem constantes em todas as conferências, como "cidadania" e "economia/desenvolvimento", evidenciando pontos de convergência ou de centralidade política.

A participação decrescente da população interessada na II Conferência, em comparação à I, chama atenção para o modo como as disputas simbólicas podem reduzir ou aumentar o engajamento de setores culturais (Val et al., 2014). Além disso, nota-se que a implementação do Plano Nacional de Cultura (Brasil, 2010) e do Sistema Nacional de Cultura (2012) orientaram os debates da III Conferência, reforçando uma concepção cidadã, simbólica e econômica da Cultura, bem como mecanismos de transparência e controle social (Botelho, 2016). Nesse processo, percebe-se a supressão ou inclusão de eixos temáticos, o que evidencia tanto as disputas subjacentes quanto o amadurecimento do exercício da cidadania cultural por parte dos grupos concorrentes (Lima; Ortellado; Souza, 2013). No contexto das conferências, vale ainda notar que, diante dessa dinâmica de disputas e amadurecimento do jogo político, a

5 *Os sinais de (+) e (-) indicam a mudança relativa de posição de um tema em comparação ao evento anterior.

ação (ou omissão) dos agentes e operadores dos departamentos e programas da Secretaria, será crucial na definição, ainda que provisória, das posições que cada representante (artistas consagrados, artistas em vias de consagração, produtores e movimentos) irá ocupar na implementação e demais fases do ciclo das políticas públicas (Durand, 2001).

Como argumenta Bourdieu, o arbitrário cultural ocorre quando valores de um determinado grupo se impõem como universais, ocultando sua origem social (Catani et al., 2017). Esse fenômeno afeta a "dança" dos eixos relacionados à formação cultural, pois sua priorização ou diluição nas conferências pode legitimar, ou afastar, determinadas concepções de educação artística e participação social. Consequentemente, ao definir quais são as práticas formativas e os conhecimentos válidos, o poder público atua como um filtro que distribui desigualmente o capital simbólico, tendendo a reproduzir as hierarquias sociais já estabelecidas (Pereira, 1997).

Dessa forma, a aplicação da análise bourdiesiana no contexo da formação cultural será relevante, também, por demonstrar, de modo irrevogável, como a posse do capital simbólico, ou seja, a capacidade de internalizar nos agentes sociais princípios duráveis de visão e divisão, constitui a garantia do exercício de poder ao Estado (Barbalho, 1998). Em uma democracia cultural, portanto, as políticas de formação se tornam instrumento de combate às desigualdades culturais e de fortalecimento da cidadania cultural, sobretudo ao considerar estratégias adequadas às periferias, cuja efetividade depende, em última instância, de um contexto político que retome e consolide paradigmas democráticos.

7 CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa confirmam a hipótese inicial de que a formação cultural, longe de ser um campo neutro, reflete processos de inclusão e exclusão alinhados às correlações de força de cada contexto. Constatou-se que as políticas formativas consistem em arenas de intensas disputas simbólicas, nas quais burocracias estatais, artistas consagrados, produtores emergentes e movimentos periféricos concorrem pela legitimação de seus interesses, repertórios e visões de mundo. Verificou-se, por meio da análise das atas e documentos oficiais, que as constantes reordenações dessa pauta refletem tanto visões divergentes sobre o papel da arte (como "arte pela arte" ou "arte engajada") quanto o embate estrutural entre grupos hegemônicos e setores historicamente marginalizados.

Ao mapear o panorama de oito países e do Brasil, o estudo demonstrou que as diretrizes para a educação artística e cultural variam substancialmente conforme a autonomia administrativa e o grau de investimento de cada nação. Embora a construção

de políticas intersetoriais com a Educação seja uma meta frequente (como na França e Alemanha), observa-se a coexistência de lógicas distintas: algumas focadas no ensino formal e profissionalizante, outras no reconhecimento de expressões comunitárias. Essa comparação revela que arranjos institucionais mais consolidados e transversais tendem a garantir maior efetividade e continuidade às políticas formativas.

Essa vulnerabilidade institucional ficou evidente na análise empírica das conferências de cultura da cidade de São Paulo (2004–2016). A oscilação da pauta da formação cultural — ora destacada como prioridade em eixos exclusivos, ora diluída ou excluída das discussões — atesta as contínuas lutas de classificação do setor. O estudo revelou que agentes consolidados tendem a atuar para preservar a centralidade das práticas hegemônicas, ao passo que movimentos periféricos exercem pressão constante para redefinir prioridades, exigindo o reconhecimento de produções enraizadas em suas realidades territoriais. Consequentemente, essas disputas moldam não apenas as metas dos planos de cultura, mas também os critérios de acesso a financiamentos e a espaços públicos.

Ao articular esses cenários, o estudo apontou três aspectos que corroboram a centralidade da formação cultural no desenvolvimento de uma democracia cultural: (1) a intersetorialidade: uma maior integração entre órgãos de Cultura, Educação e outras pastas (como Esportes e Juventude) amplia o impacto e a capilaridade de programas formativos, tornando-os mais inclusivos; (2) a participação de agentes periféricos: movimentos sociais e coletivos artísticos podem não apenas demandar políticas específicas, mas contribuir ativamente para a formulação e execução de ações, trazendo repertórios antes excomungados para a esfera pública; (3) o desenvolvimento de mecanismos de transparência e controle social: conferências (fóruns e conselhos de cultura) mantêm a discussão sobre formação cultural em pauta, mesmo diante de conjunturas políticas desfavoráveis.

Ao mesmo tempo, os dados comparativos internacionais reforçam que o sucesso das políticas de formação cultural está intrinsecamente relacionado à capacidade de articulação entre diferentes esferas do poder público e da sociedade civil. Em contextos onde a formação cultural é tratada como um eixo transversal e de longo prazo, espera-se maior continuidade e impacto social. Por outro lado, em cenários marcados pela descontinuidade e pela segmentação, como no Brasil, os avanços permanecem limitados, sujeitos à instabilidade política e a disputas orçamentárias. No caso paulistano, essa vulnerabilidade institucional não apenas compromete a execução de políticas mais inclusivas, mas também perpetua uma lógica de exclusão, reforçando hierarquias simbólicas que priorizam determinados grupos e linguagens em detrimento de outros.

Em termos práticos, a pesquisa evidenciou que a formação cultural, embora fundamental para a inclusão social, permanece vulnerável a instabilidades institucionais e interesses hegemônicos. Como agenda futura, recomenda-se que novos estudos incorporem entrevistas e observações de campo para aprofundar as percepções dos agentes envolvidos, investigando estratégias exitosas que possam subsidiar ações duradouras. Por fim, o presente artigo demonstra que a consolidação de uma verdadeira democracia cultural demanda o fortalecimento institucional das políticas formativas. Quando alicerçadas na intersetorialidade e na participação social ativa, essas políticas deixam de reproduzir hierarquias simbólicas excludentes e passam a atuar como ferramentas indispensáveis para o enfrentamento das desigualdades estruturais no campo da cultura.

REFERÊNCIAS

AHEARNE, J. **Between cultural theory and policy: the cultural policy thinking of Pierre Bourdieu, Michel de Certeau and Regis Debray**. Working Paper. Coventry: University of Warwick. Centre for Cultural Policy Studies. Research papers, Vol.7, 2004. Disponível em: http://wrap.warwick.ac.uk/36990/. Acesso em: 20 Jan. 2017.

BARBALHO, A. **Relações entre estado e cultura no Brasil.** Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENNETT, Tony. **Culture: a reformer's science.** London: Sage Publications, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOTELHO, Isaura. **Políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Sesc, 2016.

BRASIL. Lei 12.343, de 2/12/2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12343-2-dezembro-2010-609611-norma-pl.html. Acesso em: 01 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (SEFAC). **Missão e atribuições institucionais**. Brasília: MinC, 2016. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 20 jul. 2016.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria; LIMA, Rita De Cássia Pereira. **Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 100-127, jan./mar. 2018.

CATANI, Afrânio Mendes *et al.* **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CCPTE – Compendium Of Cultural Policies And Trends Of Europe. Disponível em: https://www.culturalpolicies.net. Acesso em: 23 jan. 2016.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário.** São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

COULANGEON, Philippe. **Sociologia das práticas culturais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 66-72, abr. 2001.

DURAND, José Carlos. **Política cultural e economia da cultura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições Sesc Sp, 2013.

IDCP - **International Database Of Cultural Policies**. Disponível em: www.worldcp.org. Acesso em: 20 Jan. 2016.

JACKSON, Luiz Carlos; RIVETTI, Ugo. **Pierre Bourdieu e Raymond Williams: correspondência, encontro e referências cruzadas**. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 32, nº 01, pp. 183–204, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/164991. Acesso em: 08 jan. 2025.

LIMA, L. P. B.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. **O que são as políticas culturais – uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura**. Disponível em: http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-etalii.pdf. Acesso em: 20 jul. 2016.

MELO, Sharine Machado C. **As políticas culturais como um campo de governo: artistas empreendedores de si**. Revista Lusófona de Estudos Culturais, Braga, vol. 6, nº 02, pp. 163–177, 2019. Disponível em: https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/2115. Acesso em: 08 jan. 2025.

MICELI, S. (org.). **Estado e cultura no brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

PEREIRA, Gilson R. de M. **A arte de se ligar às coisas da cultura: escola e lei de retorno do capital simbólico**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 18, n. 60, p. 36-50, dez. 1997.

RIDENTI, Marcelo. **Na trilha de Raymond Williams para pensar cultura e política no Brasil**. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, e220050, 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. **Unidade de Formação Cultural (UFC). Programas e equipamentos**. São Paulo: SEC, 2016a. Disponível em: www.cultura.sp.gov.br. Acesso em: 20 jul. 2016.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. **Edital de credenciamento para artistas orientadores e educadores dos Programas Vocacional e PIÁ**. São Paulo: SMC, 2016b.

URFALINO, Philippe. **A invenção da política cultural**. São Paulo: Sesc, 2015.

VAL, Ana Paula do *et al.* **Participação e cidadania cultural: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3ConfPublicacaoPDF_1402497067.pdf. Acesso em: 08 jan. 2025.